



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



OLGA BRÍGIDA SCHEKIERA

**PROJETO RADAR: RESGATE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS RUAS
DE ITAPETININGA (SP)**

CURITIBA
2013

OLGA BRÍGIDA SCHEKIERA

**PROJETO RADAR: RESGATE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS RUAS
DE ITAPETININGA (SP)**

UTFPR



Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Curitiba.

Orientador: Prof. Jorge C.C. Guerra, LD.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

CURITIBA
2013

Dedico este trabalho a minha filha Raíssa,
por compreender minhas ausências, em
momentos tão difíceis da sua vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais Neide e Francisco (in memoriam) pela orientação e dedicação durante toda minha vida.

A minha filha Raíssa, que soube compreender meus momentos de ausência.

Ao meu orientador professor Jorge Carlos C. Guerra, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Ensino de Ciências, professores da UTFPR, *Campus Curitiba*.

Agradeço as tutoras presenciais Solange e Danielly, e a tutora à distância Alda, que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Agradeço também aos amigos da Pós-Graduação Ana Elisa, Gilson Kurtz, Márcia Nogueira, Olini Dalmásio, Renata Camargo, Renata Percichito e Silmara Mendez, que compartilharam comigo estes momentos de aprendizado.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Em meio à dificuldade, encontra-se a oportunidade”.

(Albert Einstein)

RESUMO

SCHEKIERA, Olga Brígida,. Projeto Radar: Resgate de Crianças e Adolescentes nas ruas de Itapetininga (SP). 2013. 48 folhas. Monografia, Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Este trabalho tem como foco, a interferência dos educadores de rua na vida de crianças e adolescentes que estão à margem da sociedade. O projeto RADAR tem como prioridade, incluir estes jovens em programas sociais e reintegrá-los ao seio familiar, além de efetuar visitas domiciliares para orientação das famílias dos jovens do programa. O projeto também providencia, para que tanto os jovens como suas famílias recebam ajuda alimentar. O trabalho mostra os problemas encontrados pelos educadores de rua, tais como: a reincidência dos menores em permanecer nas ruas e suas dificuldades com as famílias, que muitas vezes não tem o mínimo de estrutura afetiva, social e econômica para acolhê-los, O projeto Radar atende hoje 85 crianças/adolescentes de rua, sendo que 43% estão frequentando projetos sociais, 13% encontra-se em vigilância Social e 6% ainda encontram-se nas ruas de forma permanente. O foco é o município de Itapetininga (SP), no qual são analisados os sucessos e os problemas do Projeto Radar e sugerido melhorias.

Palavras-chave: ECA, crianças, família, programas sociais, educadores de rua.

ABSTRACT

SCHEKIERA, Olga Brigida, Radar Project: Rescue of Children and Adolescents in the streets of Itapetininga (SP) . 2013. 48 folhas. Monograph Specialization in Public Management Municipal. Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2013.

This work focuses on the interference of street educators in the lives of children and teenagers who are on the margins of society. The RADAR project's priority, these include young people in social programs and reinstate them to their families, and make home visits to families of youth guidance program. The project also provides for both young people and their families receive food aid. The paper shows the problems faced by street educators, such as the recurrence of minors to remain in the streets and their difficulties with families, who often do not have the minimum structure affective, social and economical way to accommodate them, the project radar now serves 85 children / teens street, and 43 % are attending social projects, 13 % are under surveillance social and 6 % are still on the streets permanently.. The focus is the city of Itapetininga (SP), which examined the successes and problems of the Radar Project and suggested improvements.

Keywords: ECA, children, teens, family, social. street educators.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Resultados Comparativos das Condições de Vida em dois bairros de Itapetininga (SP).....	37
Gráfico 2 – Resultados Comparativos da Educação em dois bairros de Itapetininga (SP).....	38
Gráfico 3 – Resultados Comparativos dos Vínculos em dois bairros de Itapetininga (SP).....	38
Gráfico 4 – Resultados Comparativos das Ações Sociais em Itapetininga (SP).....	39

LISTA DE ABREVIATURAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Abrinq – Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e Adolescentes
- CESIM – Centro Social Irmã Madalena
- CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
- CONANDA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CPSI – Centro de Promoção Social de Itapetininga
- CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- CT – Conselho Tutelar
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EPAM – Entidade de Promoção e Assistência à Mulher
- ETEC – Escola Técnica Estadual
- FATEC – Faculdade de Tecnologia
- FUNDAC - Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida
- GAADI – Grupo de Apoio à Adoção de Itapetininga
- I.R – Imposto de Renda
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEST – Instituto de Desenvolvimento Sustentável
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IFSP – Instituto Federal de São Paulo
- MDF – Placa de Fibra de Média Densidade
- MP – Ministério Público
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIB – Produto Interno Bruto
- PM – Polícia Militar
- Res – Resolução
- SEADE – Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados
- SEMEIA – Serviço Municipal Emergencial à Criança e Juventude
- SNPDCA – Secretária Nacional de Promoção Social da Criança e do Adolescente
- UAE – Unidade de Atendimento Especializado
- UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. JUSTIFICATIVA.....	11
1.2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	12
1.3. OBJETIVOS.....	12
1.3.1. Objetivo Geral.....	12
1.3.2. Objetivos Específicos.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	14
2.2. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E A PROTEÇÃO INTEGRAL.....	15
3. POLÍTICAS E PROGRAMAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE RUA NO BRASIL..	18
4. CASOS DE SUCESSO DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE RUA EM OUTROS MUNICÍPIOS.....	23
4.1. EXPERIÊNCIAS EM BELÉM (PA).....	23
4.2. EXPERIÊNCIAS EM PARANAVAI (PR).....	24
4.3. EXPERIÊNCIAS EM SANTO ANDRÉ (SP).....	25
4.4. EXPERIÊNCIAS EM BERNARDINO DE CAMPOS (SP).....	26
4.5. EXPERIÊNCIAS EM GOIÂNIA (GO).....	27
4.6. EXPERIÊNCIAS EM CÂNDIDO MOTA (SP).....	29
5. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	31
6. PERFIL SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA (SP).....	32
6.1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO SOCIAL EM ITAPETININGA (SP).....	36
6.2. PROJETO RADAR – RONDA DE AMPARO AO ADOLESCENTE DE RUA.....	39
6.3. PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO PROJETO.....	41
6.4. SUGESTÕES DE MELHORIA.....	42
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICES.....	47
ANEXO.....	48

1. INTRODUÇÃO.

A situação de crianças e adolescentes que estão à margem da sociedade no país é preocupante, e no município de Itapetininga (SP) não é diferente, apesar de ter-se uma legislação protetiva para este grupo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA promove condições adequadas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Segundo Veronese, não se vislumbra uma preocupação dos governantes no sentido preventivo, para que estes jovens tenham em seu seio familiar segurança, relação afetiva estável e para que possam desenvolver suas habilidades, amizades e autoconfiança.

“Ora se todas essas garantias fossem metas governamentais, não se teria esse contingente de crianças e adolescentes nas ruas, seja pedindo esmolas ou sobrevivendo dos “restos” dos outros, sem escola, sem hospitais dignos, etc..., enquanto esperam uma ação política e social eficaz por parte dos governantes” (Veronese, 2001, p. 28).

Os educadores de rua se especializam para ajudar crianças e adolescentes que estão nas ruas, são trabalhos flexíveis que tentam adaptar os jovens aos programas disponíveis no município e também tentam reaproximar estes jovens de suas famílias, no caso do elo afetivo já ter se deteriorado.

Segundo pesquisas realizadas em 2011 pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Idest), em 75 municípios com mais de 300 mil habitantes demonstram que atualmente, existem 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua.

Do total 7.827 crianças e adolescente dormem somente na rua, no município de Itapetininga (SP), conforme Relatório de Gestão divulgado no Portal da Transparência havia uma previsão de 1515 crianças e adolescentes em situação de rua.

De acordo com Gohn (2011) em nossa sociedade crianças e adolescentes que permanecem na rua, é muitas vezes objeto de discriminação social, pois passam a ser “enxergados” como seres socialmente ameaçadores, bandidos em potencial, quando na verdade fazem parte do chamado grupo de risco, aqueles que sofrem os efeitos da pobreza, da negligência ou do abandono, vítima da exploração

do trabalho, da prostituição, do tráfico de drogas e da violência doméstica, dentre outras formas de exploração e violência.

Em Itapetininga (SP), o Projeto Radar resgata crianças e adolescentes das ruas e realiza o trabalho de devolver-lhes a dignidade inserindo-os em programas sociais e fortalecendo os laços afetivos, além de dar suporte à família.

Quais as dificuldades, que os educadores de rua têm, para resgatar crianças e adolescentes das ruas e fazer com que permaneçam longe de situações de risco em Itapetininga (SP)?

1.1. Justificativa.

O número crescente de casos de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violações físicas e psíquicas, discriminações sociais e infringência aos direitos humanos e sociais que vem ocorrendo nos últimos anos no município de Itapetininga (SP), tem desencadeado um problema grave, a permanência de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas, em situação de risco.

Apesar do poder público contar com alguns programas e projetos sociais para tentar minimizar o problema, a criança e o adolescente quando resgatados das ruas não suporta a realidade enfrentada dentro do lar e retorna as ruas, entregando-se a todos os tipos de vicissitude que este meio oferece.

Para este trabalho será aplicada pesquisa descritiva e explicativa, com levantamento bibliográfico e de referências, bem como entrevista com os educadores de rua, promovendo maior proximidade com o tema.

Investigar-se-á o universo das crianças e adolescentes do município de Itapetininga (SP), em situação de risco.

Além da pesquisa bibliográfica em literatura especializada em meio eletrônico, será realizado entrevistas com a equipe do projeto RADAR do município de Itapetininga (SP).

Os dados coletados serão analisados durante a elaboração do trabalho monográfico, de forma crítica e sistemática, demonstrando com clareza os problemas enfrentados por crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e, como o município de Itapetininga (SP) tem enfrentado a questão.

1.2. Procedimento Metodológico.

O interesse em analisar o papel do Projeto Radar no município de Itapetininga (SP), fez com que fossem coletados dados através de pesquisa explicativa, qualitativa, além de levantamento bibliográfico.

O presente trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos.

No Capítulo 1, introdução deste trabalho, apresenta-se inicialmente uma breve ideia do tema da pesquisa. Segue-se a delimitação do tema proposto, a formulação do problema de pesquisa, o levantamento dos objetivos gerais e específicos, a descrição da justificativa apresentada à motivação específica e, por fim, a descrição da metodologia e pesquisa seguida de desenvolvimento breve.

O Capítulo 2 – o referencial teórico inicia-se com breve relato da trajetória recente das políticas públicas, as ações e planos governamentais voltados à criança e ao adolescente.

O Capítulo 3 descreve as políticas para crianças e adolescentes de rua no Brasil.

O Capítulo 4 – refere-se à metodologia do caso, e demonstra de onde o trabalho foi baseado.

O Capítulo 5 - a metodologia utilizada para elaboração da monografia.

O capítulo 6 - demonstra o perfil e o diagnóstico social do município de Itapetininga (SP), o projeto Radar, os problemas enfrentados pelo projeto e sugestões de melhoria.

O Capítulo 7 são as considerações finais.

1.3. Objetivos.

1.3.1. Objetivo Geral.

Identificar os resultados do projeto RADAR no dia a dia das crianças e adolescentes de rua, no município de Itapetininga (SP).

1.3.2. Objetivos Específicos.

- a) Relatar fatores que fazem com que crianças e adolescentes permaneçam e/ou voltem para as ruas;
- b) Identificar as dificuldades do projeto em relação aos atendidos e suas famílias em Itapetininga (SP);
- c) Identificar os casos de sucesso de atendimento de crianças e adolescentes de rua em outros municípios;
- d) Sugerir melhorias do atendimento de crianças e adolescentes de rua em Itapetininga (SP).

2. REFERENCIAL TEÓRICO.

O referencial teórico foi baseado principalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2.1. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Conforme já apresentado por Jimena Oliva (2009), a Constituição de 1988 e a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, denominada o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trouxeram inúmeras inovações na área de políticas públicas dirigidas a esse segmento: consideram a infância e a juventude como prioridade absoluta, merecedoras de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado.

Segundo cartilha do Estatuto da Criança e do Adolescente, (s/d e s/a), o ECA é um instrumento de cidadania, uma lei, fruto de movimentos sociais, profissionais e de pessoas preocupadas com as condições e os direitos sociais infanto-juvenis no Brasil.

O art. 3º do ECA assegura-lhes a proteção integral que se traduz em todas as oportunidades e facilidades “a fim de facultar o desenvolvimento físico, moral, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade”.

É necessário ressaltar que o ECA respeita as demais leis internacionais que mencionam os direitos das crianças e adolescentes, como: a Declaração dos Direitos da Criança (Res. 1.386 da ONU – 20 de novembro de 1959); as regras mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça da Infância e Juventude – Regras de Beijing (Res. 40/33 – ONU – 29 de novembro de 1985); Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da Delinquência Juvenil – diretrizes de Riad (ONU – 1º de março de 1988 – RIAD), entre outros.

Antes do surgimento do ECA, havia em nosso ordenamento jurídico o Código de Menores (Lei 6.697 de 1979), voltada apenas aos menores de 18 anos, pobres, abandonados, carentes e infratores.

O ECA surgiu para garantir que todas as crianças e adolescentes possam gozar integralmente dos direitos fundamentais que possuem. A lei define também como o poder público e a sociedade irão tratar dos direitos que crianças e adolescentes possuem (fixa a linha de ação da política de atendimento dos governos e da sociedade).

Existem algumas correntes minoritárias que afirmam que o ECA só prevê direitos e deixou uma lacuna quanto aos deveres, todavia para cada direito existe um dever implícito.

Na tabela 1, podem-se observar as diferenças entre o antigo Código de Menores (1979) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Estatutos Legais	Código de Menores	ECA
Doutrina Jurídica	Doutrina da Situação Irregular	Doutrina da Proteção Integral
Destinatários	Menores de 0 a 18 anos que se encontra em situação irregular.	O Eca divide-se em 2 livros, o livro I atende a todas as crianças e adolescentes, o livro II atende a crianças e adolescentes com direitos violados e adolescentes suspeitos de ato infracional e mencionam quais são as medidas socioeducativas e de proteção.
Concepção Política Social Implícita	Instrumento de controle social dos menores abandonados e infratores.	Instrumento de desenvolvimento social para as crianças e adolescentes e de proteção integral às crianças e adolescentes em situação de risco.

Tabela 1 – Código de Menores de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Fonte: Estação científica on line n. 069, Ago/Set. 2008.

2.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Proteção Integral.

De acordo com Mangualde (2007), o art. 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente indica a proteção integral à criança e ao adolescente, ou seja, as normas e princípios devem ser invariavelmente interpretadas e aplicadas em benefício das crianças e adolescentes.

O art. 1º do ECA adota expressamente a doutrina da proteção integral, crianças e adolescentes com o advento do ECA passaram a serem sujeitos de direitos.

O objetivo maior do ECA conforme o que dispõe o seu art. 3º foi o de assegurar por todos os meios o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade humana. Neste contexto a criança e o adolescente passaram de meros objetos de intervenção estatal para sujeitos de direitos.

O art. 3º do ECA diz:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”. (ECA, 2010, p.3).

O art. 3º é muito mais amplo conforme afirma Digiácomo (2010, p. 5):

“O verdadeiro princípio que o presente dispositivo encerra, tem reflexo não apenas do âmbito material, mas também se aplica na esfera processual, não sendo admissível, por exemplo, que adolescentes acusados de prática de atos infracionais, deixem de ter fielmente respeitados todas as suas garantias”. (Eca, 2010, p. 5)

O art. 4º preconiza que os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária foram imputadas como prioridade absoluta, e essa prioridade se estendem para a preferência na formulação e na execução de políticas sociais e públicas, ou seja, o dispositivo deixa claro que a criança e o adolescente tem que receber prioridade absoluta da família, da sociedade e principalmente do Estado.

Uma das principais inovações do ECA foi a criação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares, conforme disposto em seu art. 88, o primeiro como órgão deliberativo que é, atua no controle da formulação das políticas públicas nos âmbitos federais, estaduais e municipais, já o segundo é um órgão municipal, autônomo que atende as situações de risco pessoal e social dos amparados pelo ECA.

Erroneamente alguns apregoam que o ECA seria um facilitador para a impunidade aos menores de dezoito anos no Brasil, ou seja, todos aqueles menores de dezoito anos poderiam cometer os mais diversos atos ilícitos que a lei não os alcançaria, todavia, o Estatuto é claro em afirmar que nenhum adolescente que se atribua a prática de um crime ou contravenção deixará de ser julgado pela

autoridade competente, que aplicará a medida socioeducativa prevista no art. 112 do ECA.

É importante salientar que a criança autora de ato infracional não está sujeita as medidas socioeducativas, mas tão somente as medidas de proteção, que deverão ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, juntamente com as medidas específicas destinadas aos seus pais ou responsáveis.

O ECA é um dispositivo moderno e inovador, que serve como alicerce na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

3. Políticas e programas para crianças e adolescentes de rua no Brasil.

O texto foi retirado da revista eletrônica do Itamaraty, sem data e sem autor, disponível em www.dc.itamaraty.gov.br/imagens-etextos/revista3-mat2.pdf.

A revista em questão faz o levantamento de algumas regiões brasileiras, onde pode-se verificar alguns exemplos na tentativa de eliminar as causas do abandono infantil.

Os estados que mais se destacam são: Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Paraíba e Rio Grande do Norte, a tabela demonstra os principais programas executados nestes estados.

Estados	Programas
Paraná	Da Rua Para a Escola e Formando Cidadãos
Santa Catarina	Crescer Adolescente
Distrito Federal	Não dê Esmola, dê Cidadania, Bolsa Escola, Abrace uma Criança e Criança Diz não a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
Minas Gerais	Medidas de Proteção, Programa de Proteção Especial e Programa Articulado.
Rio Grande do Norte	Da Rua para a Roça
Paraíba	Fundac – Fundação de Dese4nvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida

A tabela foi confeccionada pela autora, de acordo com as informações contidas na revista Itamaraty, disponível em www.dc.itamaraty.gov.br/imagens-etextos/revista3-mat2.pdf.

Como demonstra a tabela os programas encontrados no Paraná, são:

Da Rua para a Escola e Formando o Cidadão, o primeiro programa oferece as famílias de meninos e meninas que perambulam pelas ruas, uma cesta básica contendo uma série de itens de primeira necessidade, o Estado oferece o benefício, mas em contrapartida os pais tem que retirar seus filhos das ruas e encaminhá-los de volta a escola, para tanto é necessário à apresentação da frequência escolar. Este programa já atendeu a mais de 30 mil crianças e adolescentes.

O segundo programa atende a meninos na faixa etária dos 07 aos 17 anos, e seu objetivo é oferecer-lhes iniciação profissional e lazer, as atividades acontecem dentro dos quartéis da Polícia Militar no horário das 08 as 18h00min horas, aqueles que não têm vínculos familiares são convidados a pernoitar em albergues juvenis.

No estado de Santa Catarina existe um dos melhores programas no combate ao problema de meninos de rua, a saber:

Crescer Adolescente, que oferece as crianças e adolescentes abrigos, alimentação e educação, também se preocupa com em prepará-los para o mercado de trabalho, ministrando cursos profissionalizantes voltados para a agricultura. Para que o programa obtivesse sucesso somaram-se recursos federais, estaduais e doações. O município de Joaçaba (SC) atende a 40 adolescentes que recebem mensalmente meio salário mínimo.

No Distrito Federal encontram-se vários programas voltados para crianças e adolescentes em situação de rua.

Não dê Esmola, dê Cidadania, Bolsa Escola, Abrace uma Criança e Brasília diz não a exploração de Crianças e Adolescentes.

O Programa Não dê Esmola dê Cidadania funciona da seguinte forma, o interessado deposita qualquer quantia no fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, se for pessoa física terá um abatimento de 12% no I.R, se for pessoa jurídica o abatimento será de 1% do faturamento da empresa. Vale ressaltar que o fundo é gerenciado pelo governo e sociedade civil, através do Conselho da Criança e Adolescente e destina-se a financiar programas governamentais e não governamentais.

O Programa Bolsa Escola foi premiado pela UNICEF, sua prioridade é que as famílias mantenham seus filhos de 07 aos 14 anos na escola, como benefício o

governo oferece a essas famílias um salário mínimo, todavia se houver durante o mês letivo duas faltas ou mais injustificadas o benefício é retirado imediatamente.

O Programa Abrace uma Criança começa a funcionar a partir do momento que o interessado depois de entrevistado, recebe informações sobre a situação da criança ou adolescente e assume as responsabilidades financeiras do escolhido, ou então, se preferir, este interessado passa a fazer doações de cestas básicas, material escolar, roupas ou qualquer outra ajuda que diminua a carência daquele que foi adotado.

O Programa Brasília diz não a Exploração a Crianças e Adolescentes coloca a disposição das crianças e adolescentes que ainda estão na rua, abrigos provisórios e oferece atendimento psicoterapêutico, o programa obteve o reconhecimento da UNICEF e recebeu o prêmio “Criança e Paz 96”.

No estado de Minas Gerais o governo estabeleceu três vertentes para combater o problema de meninos e meninas de rua, a saber:

“Medidas de Proteção”, “Programa de Proteção Especial” e “Programa Articulado”.

Inserido nas medidas de proteção, encontramos oito programas, são eles:

Casa Lar – neste programa o governo através de convênios com instituições, inaugurou vinte e duas casas lares, destinadas a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, sendo que dezenove unidades são específicas para portadores de necessidades especiais.

Curumim – o objetivo do programa é oferecer a crianças e adolescentes, esporte, lazer, recreação, alimentação e reforço pedagógico em horário extraescolar.

Educação em Meio Aberto – a prioridade do programa é manter a criança e o adolescente na família e na comunidade de origem, para tanto oferece recreação e alimentação, o programa atende a 1.376 crianças e adolescentes.

SOS Criança – este programa surgiu da necessidade de atender a criança e adolescente cujos direitos estejam ameaçados ou violados, o menino ou menina em estado de rua é encaminhado de volta à família e o Conselho Tutelar observa com extremo rigor a convivência e se necessário interfere nesta relação.

Advocacia da Criança – este programa faz o acompanhamento jurídico de todos os casos de crianças e adolescentes abrigados, por determinação judicial ou não.

Além dessas medidas de proteção o estado de Minas Gerais ainda conta com os programas: Proteção Contra Abuso e Exploração Sexual, Esporte Solidário e Criança Cidadã.

Com relação às medidas de proteção especial, o governo de Minas Gerais desenvolve três programas:

Pró Vida – sua prioridade é o atendimento a crianças e adolescentes com necessidades especiais, discutir ações de capacitação, recursos humanos e dar apoio e orientação à família e aos municípios.

Atendimento Especializado – este programa conta com atendimentos especializados nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, psicopedagogia, terapia ocupacional e diagnóstico para portadores de deficiência, o programa também é conhecido pela sigla UAE (unidade de atendimento especializado). O trabalho se dá através de credenciamento de instituições junto a Secretaria da Criança e do Adolescente.

Adolescentes Infratores com Medida Socioeducativa de Internação – o projeto surgiu de debates e propostas elaborados por órgão governamentais e não governamentais, atende adolescentes infratores, sua prioridade é a implantação de uma política de atendimento a o adolescente em conflito coma Lei.

O programa articulado denomina-se Trabalho Educativo, está sendo articulado com a Superintendência das Relações de Trabalho, atende a crianças e adolescentes na faixa etária dos 14 aos 18 anos em situação de risco social e pessoal por meio de educação integrada que possibilite a capacitação profissional.

O caminho encontrado pelo estado do Rio Grande do Norte, para solucionar o problema de crianças e adolescente de rua foi priorizar o trabalho, para tanto desenvolveu o programa da Rua para a Roça, neste programa os jovens executam tarefas de campo, a produção destina-se ao consumo dos próprios atendidos, e o excedente é comercializado, como forma de geração de renda. Além da profissionalização, os jovens recebem atendimento psicossocial, médico odontológico e atividades pedagógicas e recreativas.

Outra ação do Rio Grande do Norte é dar suporte as famílias extremamente pobres, esse atendimento se dá através do programa Apoio Familiar. O programa incentiva as famílias a retirarem os filhos das ruas e matricula-los na escola, atende a 744 famílias na capital.

No estado da Paraíba, o trabalho com crianças e adolescentes de rua é realizado pela Fundação de Desenvolvimento da criança e do Adolescente Alice de Almeida (Fundac).

A Fundação é vinculada à Secretaria do Trabalho e Ação Social do Governo do estado, possui quatro unidades de serviços denominadas Projeto Cres/Ser. A fundação vem desenvolvendo atividades com crianças em uma granja cedida pelo órgão previdenciário local, além de priorizar ações direcionadas as famílias, cujo principal enfoque é a preservação ou resgate do convívio familiar.

4. Casos de sucesso de atendimento de crianças e adolescentes de rua em outros municípios.

Os exemplos demonstram como alguns municípios brasileiros têm enfrentado à situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes violados em seus direitos.

4.1. Experiências em Belém (PA)

O texto foi baseado nas informações da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF de Belém do Pará, disponível em www.iah.iec.pa.gov.br/iah.fuultext/georeferenciamento/belem.pdf.

Belém do Pará é um município brasileiro, capital do estado do Pará, localiza-se no norte do Brasil.

Segundo o censo de 2010 (IBGE), conta com uma população de 1.351.618 habitantes, com maior densidade demográfica da região norte, 1.307,17 hab./km², mesmo com IDH elevado, Belém tem 31,97% da população abaixo da linha da pobreza, enfrenta grandes problemas relacionados à miséria e à desigualdade social, além de ocupação desordenada e falta de saneamento básico.

O texto foi baseado nas informações do Caderno Prefeito Criança sem data e sem autor entre os anos de 1997 e 1998, disponível em www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/Caderno_de_politicas_publicas_municipais.pdf.

Vários programas de proteção à criança e ao adolescente vêm sendo implementados pela prefeitura de Belém, Dar Futuro às Crianças é uma das ações para uma política integrada de atenção aos direitos da criança e do adolescente.

Dentro da ação mencionada, existe o projeto Escola Circo, que é realizado no bairro Cidade Velha e simultaneamente em oficinas itinerantes, mais de 800 crianças e adolescentes (200 em caráter permanente e 600 nas oficinas itinerantes) em situação de risco pessoal e social, na faixa etária dos 7 aos 17 anos, participam das atividades artísticas culturais desenvolvidas pela Escola Circo, abandonando as ruas e o trabalho infantil, e o mais importante aprendem a restabelecer laços familiares e comunitários.

Todas as crianças atendidas no projeto também foram inseridas no Bolsa Escola, e frequentam a escola regularmente o que certamente contribuiu para a redução da evasão escolar.

4.2. Experiências em Paranavaí (PR).

O texto foi baseado nas informações contidas nos indicadores de Paranavaí de 2011, disponível em www.prefeituraparanavai.com.br/indicadorespvai/conteudo/indicadores_paranavai_2013.pdf.

Paranavaí é um município localizado no noroeste do estado do Paraná, fundado em 1951, conforme dados do censo de 2013 (IBGE) conta com uma população de 92.453 habitantes.

A citricultura é uma das mais recentes alternativas agrícolas da região, transformando Paranavaí no maior produtor de laranjas do Paraná, além disso, produz mandioca, café, bicho da seda, algodão, abacaxi e soja.

Paranavaí é um dos polos esportivos do estado, possui uma equipe de futsal, que é a elite do futsal paranaense, além de equipes de atletismo, ciclismo, handball, polo e xadrez.

O texto foi baseado nas informações do Caderno Prefeito Criança sem data e sem autor entre os anos de 1997 e 1998, disponível em www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/Caderno_de_politicas_publicas_municipais.pdf.

Através de uma parceria entre a Secretaria de Educação do estado do Paraná e a prefeitura municipal, Paranavaí implantou em 1997 o projeto da Rua para a Escola, a ação prioriza a retirada de crianças e adolescentes das ruas, dos trabalhos na lavoura e da prostituição. Com a implantação do projeto as famílias passaram a participar de encontros para fortalecer os vínculos com seus filhos, também contam com assistência médica, odontológica, remédios, agasalhos, além de uma cesta básica.

No ano em que o projeto chegou ao município, a repetência caiu de 27,32% para 8,7%, e em 1998 o índice estava abaixo de 6%.

A criança e o adolescente que participam do programa ganham um kit didático do governo, são incentivados a prática de esportes e recebem acompanhamento psicológico.

4.3. Experiências em Santo André (SP).

O texto foi baseado nas informações do perfil social de Santo André, disponível em www.atlas.brasil.gov.br/2013/perfil/santo-andre_sp.

Santo André é um município da região do grande ABC, região metropolitana de São Paulo, a população estimada em 2010 era de 676.407 habitantes, possui uma área de 175,24 km².

Até a metade dos anos 80, sua economia era baseada nas indústrias, a partir dos anos 90 o setor de comércio e serviços começou a crescer e tornou-se a opção para o crescente desemprego na região.

A renda per capita média de Santo André cresceu 55,60% nas últimas duas décadas, passando de R\$838,27 em 1991 para R\$1.029,13 em 2000 e R\$1.304,31 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 22,77% no primeiro período e 26,74% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 0,94% em 1991 para 1,42% em 2000 e para 0,78% em 2010.

O texto foi baseado nas informações do Caderno Prefeito Criança, sem data e sem autor entre os anos de 1997 e 1998, disponível em www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/Caderno_de_politicas_publicas_municipais.pdf.

Em dezembro de 1997 Santo André criou o programa Andrezinho Cidadão, esta ação nasceu da necessidade de retirar das ruas cerca de 1580 crianças e adolescentes, que sobreviviam da venda de pequenos objetos e serviços. Desse contingente, muitos tinham para onde voltar, porém, um grande número já não mais possuía vínculo com a família e vivia na rua.

As ações do projeto foram possibilitadas graças à parceria da Secretaria de Cidadania e Ação Social e diversos setores da sociedade.

O programa ainda prevê apoio complementar família e a escola, e a formação do adolescente maior de 16 anos para o mercado de trabalho, tem a sua disposição uma rede de serviços de saúde, espaços de apoio, casas de acolhida para aqueles que perderam o vínculo familiar.

A escola, as oficinas educativas e os cursos profissionalizantes oferecidos aos adolescentes, como reciclagem de lixo e jardinagem, são ferramentas valiosas para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Após nove meses de atendimento, 320 crianças e adolescentes haviam sido atendidos, desse total 87 voltaram à convivência familiar, 64 passaram a viver nas casas de acolhida e 29 retornaram aos seus município de origem. Programas como Andrezinho Cidadão, demonstram que o problema tem solução.

4.4. Experiências em Bernardino de Campos (SP).

Este texto foi baseado nas informações do portal dos objetivos de desenvolvimento do milênio, disponível em www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidades

Bernardino de Campos é um município brasileiro do estado de São Paulo, passou a ser município 1923, sua população em 2010 conforme o Censo era de 10.777 habitantes. Entre os anos de 2000 e 2010 o crescimento da população foi de 0,05%, conta com uma área de 244 km².

E economia está resumida em gado de corte, leite, cana-de-açúcar, milho e soja.

O texto a seguir foi baseado nas informações do portal da prefeitura de Bernardino de Campos (s/d).

O município de Bernardino de Campos tem como objetivo garantir aos seus cidadãos acesso aos direitos, para tanto disponibiliza serviços, projetos e ações voltadas para o resgate da cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, abaixo os programas que atendem crianças e adolescentes de rua:

Programa Ação Jovem – atende a jovem na faixa etária dos 15 aos 24 anos e 11 meses, com ensino fundamental/médio incompleto e que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Em parceria entre a Secretaria de Assistência

Social, Educação, Saúde, Cultura Esporte e Lazer, Agricultura e Meio Ambiente e Polícia Militar, o atendido recebe como apoio financeiro e temporário o auxílio de R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais como incentivo a permanência na escola.

Projeto Colorindo o Futuro – Grafiteagem – tem como objetivo atender a adolescentes de baixa renda, buscando resgatar a autonomia social e também a criatividade, tirando-os do ambiente de vulnerabilidade social, trazendo-os para ambientes que ofereçam benefícios sociais. No projeto é elucidado que a arte de grafiteagem não é uma prática ofensiva aos muros da cidade, e sim uma forma de criatividade, arte e espírito de equipe.

Projeto Resgate (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) – atende a demanda de crianças e adolescentes que em situações de vulnerabilidade e risco, são encaminhadas pelas escolas e Conselho Tutelar. Seu objetivo é criar espaços de convívio onde possam aprender a conviver em harmonia e praticar valores éticos e morais. O projeto também acompanha os familiares das crianças e adolescentes no que se refere à educação no lar, promove um espaço de reflexões referentes a condutas construtivas.

Programa Dança de Rua – o programa vem fortalecer o programa Ação Jovem, e também o programa Resgate, uma vez que ele utiliza a dança de rua como uma forma de integração social e familiar, para que crianças e adolescentes residentes em áreas de vulnerabilidade incentive a frequência escolar de uma forma prazerosa, promovendo assim benefícios para a saúde física e mental, além de melhora da autoestima.

4.5. Experiências em Goiânia (GO).

Este texto a seguir foi baseado nas informações contidas no perfil social do município, disponível em www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/goiania_go.

Goiânia é um município brasileiro, capital do estado de Goiás, distando 209 km de Brasília.

De acordo com o censo de 2010 (IBGE), sua população é de 1.302.001 habitantes, é a sexta maior cidade do Brasil em tamanho, a região metropolitana de Goiânia possui 2.206.134 habitantes, o que a torna a décima região metropolitana mais populosa do país.

Goiânia ocupa a 45ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 44 (0,79%) municípios estão em situação melhor e 5.520 (99,19%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 246 outros municípios de Goiás, Goiânia ocupa a 1ª posição, sendo que 0 (0,00%) municípios estão em situação melhor e 245 (99,59%) municípios estão em situação pior ou igual.

Em 1987 Goiânia foi palco do mais grave acidente por contaminação por radiatividade ocorrido no continente americano, e o maior do mundo em área urbana, na ocasião mais de 240 pessoas foram expostas à radiação, quando dois catadores de lixo desmontaram um aparelho de radioterapia, retirando dele partículas de substância radiativa – Césio 137.

O texto a seguir foi baseado no texto de Câmara (2000), publicado na revista eletrônica de enfermagem.

O município de Goiânia conta com várias instituições governamentais e não governamentais, focados em ações de resgate de crianças e adolescente das ruas, como por exemplo:

Instituição Casa 24 horas – tem como objetivo propiciar a crianças e adolescentes com vivência de rua, elementos que possam superar a condição de violação de direitos e deveres do ECA, a ação desenvolve-se a partir de processos educativos.

A casa funciona 24 horas por dia, atende a indivíduos de 07 a 18 anos incompletos, encaminhados pela equipe de educadores sociais, SOS criança, Juizado da Infância e Juventude e Conselhos Tutelares.

A média de atendimento é de 25 crianças/adolescentes diariamente.

Instituição Casa das Flores – o objetivo geral desta instituição é o trabalho sócio educativo com meninas em situação de rua e/ ou prostituição, o programa assegura seu direito de moradia, considerando aspectos afetivos e de reconstrução de identidade social.

Funciona em regime de 24 horas por dia, recebendo meninas através da equipe de educadores de rua, SOS criança e Conselhos Tutelares, a média de atendimento é de 09 meninas diariamente.

Instituição Casa Lares – este programa atende a crianças e adolescentes oriundas das ruas, abandono e prostituição, atendidos pelo município e/ou Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude e Ministério Público, os quais, em determinado momento, o retorno à família original se mostre viável (art. 101 do ECA).

O programa disponibiliza a menina (o) uma moradia, o qual terá seu direito individual e coletivo para que daí ingresse na comunidade, utilizando recursos existentes no estado e no município (escolas, postos de saúde e área de lazer). A média de atendimento é de 12 crianças e adolescente em cada casa.

Instituição Equipe de Educadores Sociais – tem como finalidade identificar os pontos de maior concentração de crianças e adolescentes, tem como prioridade:

- O retorno à família e a comunidade;
- Sensibilizar a criança e o adolescente sobre os perigos que estão expostos;
- Proceder a encaminhamentos;
- Desenvolver ações entre Conselhos Tutelares, Juizado, MP e PM, além de atender e averiguar as denúncias da comunidade.

O programa funciona das 08 às 22h00min horas, de segunda a domingo, ligado a Casa 24 horas e a casa das Flores. Não consta média de atendimento diário

4.6. Experiências em Cândido Mota (SP).

Este texto foi baseado nas informações do portal dos objetivos de desenvolvimento do milênio, disponível em www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidades

Cândido Mota é um município brasileiro do estado de São Paulo, fundado em 1923, sua população estimada em 2010 foi de 29.911 habitantes, conta com uma área de 596km², pela sua topografia e seus excelentes cursos d'água, constitui um dos municípios agrícolas mais ricos do Estado de São Paulo.

Atualmente, a economia do município baseia-se na agricultura, e está dividida da seguinte forma:

80% agricultura, 5% comércio, 10% indústria, 5% pecuária.

O texto a seguir foi baseado no portal de prefeitura de Cândido Mota (s/d).

O município de Cândido Mota conta com várias ações no atendimento a crianças e adolescentes em risco social, a saber:

Projeto Espaço Amigo - o projeto foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, e atende a 150 crianças e adolescentes de ambos os sexos na faixa etária dos 07 aos 14 anos, no contra turno escolar.

Tem como objetivo a inclusão social, priorizando os que vivem em vulnerabilidade pessoal e social. Realizam atividades de reforço escolar, artesanato, recreação e jogos pedagógicos.

Programa Ação Jovem - este programa atende a 100 jovens de 15 a 24 anos de idade, de ambos os sexos, para que concluam o ensino médio, para tanto os jovens recebem uma bolsa no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) mensalmente.

Oferece ainda palestras de educação, cidadania, meio ambiente, trabalho e empreendedorismo, objetivando orientá-los, qualificá-los para o mercado de trabalho, e também oferece atividades culturais, esportivas e recreativas de acordo com o interesse e a faixa etária.

5. METODOLOGIA DE PESQUISA.

O interesse em analisar o papel do Projeto Radar no município de Itapetininga (SP), fez com que fossem coletados dados através de pesquisa explicativa, qualitativa, além de levantamento bibliográfico.

A pesquisa explicativa, segundo Gil:

“Tem como objetivo primordial identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de alguns fenômenos”. (Gil, 2002,p.42).

A pesquisa qualitativa do presente estudo foi formulada através de questionário e entrevista com a assistente social responsável pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Para melhor abordagem do tema também foram realizadas visitas ao CREAS, que além das informações prestadas, também cedeu o formulário de entrevista de menores do projeto Radar, para elucidar como é feita a primeira abordagem a crianças/adolescentes de rua.

Para o levantamento bibliográfico, utilizou-se meio eletrônico e literatura especializada.

6. Perfil social do município de Itapetininga (SP).

O município de Itapetininga (SP) vem trabalhando com afinco para dar um atendimento especializado e de qualidade para crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal e social, para tanto disponibiliza diversas ações direcionadas a este segmento, essas ações visam que a criança/adolescente retome o vínculo familiar e seja incluído na sua comunidade.

O município conta com 1 Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), 01 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e 02 Conselhos Tutelares (CT).

A seguir tabela com as principais ações oferecidas pelo município de Itapetininga (SP).

O texto foi baseado no portal da prefeitura de Itapetininga, bem como em relato da assistente social do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Programa	Capacidade de Atendimento
CASA – Centro de Apoio Social à Criança	Tem capacidade de atender a 90 adolescentes atualmente contam com 80 atendidos
EPAM – Entidade Promoção e Assistência à Mulher	Não Divulgou nº de atendidos
SEMEIA – Serviço Municipal Emergencial para a Infância e Juventude	Atende em seus dois núcleos 40 crianças e adolescentes
Instituto Nosso Lar	Não divulgou nº de atendidos
GAADI – Grupo de Apoio à Adoção de Itapetininga	Não divulgou o nº de atendidos
CESIM – CENTRO Social Irmã Madalena	Tem capacidade de atender a 200 jovens, atualmente atende a 259 crianças e adolescentes.
Casa da Criança São Vicente de Paulo	Tem capacidade de abrigar a 20 jovens, atualmente abriga a 14 crianças e adolescentes.
CPSI – Casa da Promoção Social da Imaculada	Tem capacidade de atender a 495 pessoas
Lar Célia Tereza Soares Hungria	Atende a 100 crianças e adolescentes
Instituto Geração	Não divulgou nº de atendidos

CASA – Centro de Apoio Social a Criança - seu objetivo é oferecer as adolescentes do sexo masculino, na faixa etária dos 14 aos 18 anos atividades ocupacionais produtivas, como por exemplo, curso na área agrícola, além de oferecer atividades pedagógicas e recreativas.

EPAM – Entidade de Promoção e Assistência à Mulher - este programa conta com dois segmentos, a saber:

Segmento A: o objetivo principal é complementar o horário escolar, para isso oferece atividades socioeducativas, culturais, artísticas, físicas e esportivas, pedagógicas, lazer e recreação.

Atende a crianças e adolescentes do sexo feminino, na faixa etária dos 07 aos 14 anos.

Segmento B: sua prioridade é oferecer curso de capacitação as famílias para que possam inserir-se no mercado de trabalho.

SEMEIA – Serviço Municipal Emergencial para a Infância e Juventude - este programa conta com dois núcleos de atendimento, a saber:

Núcleo I – tem como objetivo o acolhimento provisório de crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 0 aos 14 anos. É uma medida excepcional para aqueles que estão em situação de risco social e pessoal, cujas famílias encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, como dispõe o ECA.

Núcleo II – tem como objetivo o acolhimento provisório de crianças e adolescentes do sexo feminino, na faixa etária dos 10 aos 18 anos. O acolhimento tem caráter de proteção para aquelas que estão em risco social e pessoal, cujas famílias encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, como dispõe o ECA.

Instituto Nosso Lar - este programa tem como prioridade dar abrigo a crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 0 aos 12 anos, vítimas de maus tratos, abuso ou qualquer outro tipo de risco pessoal e social.

GAADI – Grupo de Apoio à Adoção de Itapetininga - tem como objetivo acolher a crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 0 aos 12 anos. O acolhimento visa à proteção dos menores cujas famílias ou responsáveis encontram-se impossibilitados temporariamente de cumprir sua função de cuidado e proteção, conforme dispõe o ECA.

CESIM – Centro Social Irmã Madalena - o programa atende a crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária dos 06 aos 17 anos e 11 meses, seu objetivo é a contribuição para o desenvolvimento humano e inclusão social, através de ações socioeducativas, culturais e esportivas. Essas ações visam à qualidade de vida e o fortalecimento dos laços familiares, fomentando a autonomia para exercer sua cidadania.

Casa da Criança São Vicente de Paulo - acolhe crianças e adolescentes do sexo masculino, na faixa etária dos 06 aos 12 anos, sob medida de proteção em risco social. Oferece atividades socioeducativas no contra turno escolar, além de atendimento especializado, como, médico, dentistas e psicólogos.

CPSI – Casa da Promoção Social da Imaculada - este programa conta com dois núcleos de atendimento, a saber:

Núcleo I – prioriza o atendimento às famílias, oferecendo curso de capacitação para inserção no mercado de trabalho.

Núcleo II – atende a crianças de 06 a 12 anos de idade, de ambos os sexos, oferecendo atividades artísticas, socioeducativas e reforço escolar.

Lar Célia Tereza Soares Hungria - o programa atende a crianças e adolescentes do sexo feminino, na faixa etária dos 06 aos 14 anos, sua prioridade é complementar o horário escolar, oferecendo atividades socioeducativas, culturais, artísticas, físicas, esportivas, pedagógicas, lazer e recreação.

Instituto Geração - este programa conta com três projetos, que tem como finalidade retirar crianças e adolescentes em situação de rua, são eles:

Projeto Flanelinha - o projeto atende a crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária dos 07 aos 14 anos, tem como objetivo oferecer atendimento voltado àqueles que são explorados no trabalho infantil e que estão em risco social e

pessoal, para tanto oferece atividades culturais, artísticas, físicas, esportivas, pedagógicas, lazer e recreação.

Projeto Mudanças da Cidade - o projeto atende a crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária dos 07 a 14 anos, tem como objetivo oferecer atividades ocupacionais e oficinas na área florestal, plantio de mudas e jardinagem.

Projeto Jovem Aprendiz - o projeto atende adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária dos 14 a 18 anos, tem como prioridade oferecer inclusão social, através da iniciação profissional em cursos na área florestal.

Casa do Adolescente - o programa conta com três unidades de atendimento, atende a adolescentes e jovens de ambos os sexos, na faixa etária dos 14 a 24 anos, com alto grau de vulnerabilidade e comportamento de risco, oriundos das áreas de abrangência onde a unidade se localiza.

Tem como objetivo principal promover a saúde integral do adolescente, favorecendo o processo geral de seu desenvolvimento, assegurando um atendimento adequado às suas características e a sua inclusão social.

Além dos programas e projetos acima descritos o município de Itapetininga (SP), ainda conta com as seguintes campanhas:

Esmola não, cidadania sim – a campanha é de caráter permanente, e visa sensibilizar comerciantes e população em geral que o ato de dar esmolas a crianças e adolescentes, faz com que estes indivíduos percam a oportunidade de vivenciar sua infância, por meio de atividades esportivas, culturais e de lazer.

Faça de seu leão um cidadão – o art. 260 do ECA permite às empresas e pessoas físicas destinarem parte do seu imposto de renda devido para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, tal destinação transforma de maneira segura e direta em ampliação e aprimoramento dos serviços sociais realizados pelo município.

Combate à violência infanto-juvenil – o projeto foi implantado em maio de 2010 em três bairros considerados de maior risco e vulnerabilidade social, são eles:

Jardim Bela Vista, Taboãozinho e Vila Paulo Ayres, o projeto pretende identificar, acompanhar e monitorar os casos concretos de violência infanto-juvenil, além de realizar um trabalho preventivo à violência.

6.1. Diagnóstico da situação social em Itapetininga (SP).

De acordo com dos dados divulgados através da Fundação Estadual de Análise de Dados (SEADE) nos últimos cem anos o município de Itapetininga (SP), teve um crescimento populacional de mais de 1000%.

Abaixo a tabela 2 com o crescimento demográfico de Itapetininga (SP), nos últimos cem anos.

Ano	Habitantes
1900	13.278
1920	25.987
1940	34.437
1950	38.181
1970	63.605
1980	86.863
1990	111.949
2000	125.411.
2010	144.416
2013	149.027

Fonte: A tabela foi elaborada de acordo com o site do SEADE, sem data e sem autor, disponível em www.seade.gov.br/500anos/consulta.php.

De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Itapetininga, o diagnóstico social é uma importante ferramenta de planejamento, avaliação e monitoramento dos direitos sociais da população do município.

O diagnóstico fornece diversos níveis de informação. O nível mais amplo é o mapa social que consolida todos os dados para comparar as diferentes regiões e demonstrar onde os direitos estão menos protegidos e a necessidade de ações de enfrentamento,

As informações utilizadas foram recolhidas em fontes permanentes: secretarias municipais e estaduais, conselho tutelar, SUS, Poder Judiciário, Polícia Cível, entre outros.

Neste trabalho o foco principal será o mapeamento condições de vida, educação, vínculos e ações sociais, para tanto foi eleito dois bairros do município de Itapetininga (SP), como forma de demonstrar as diferenças encontradas. São eles: Jardim Shangrilá, composto pela classe média e Vila Prado, bairro composto pela classe social menos abastada.

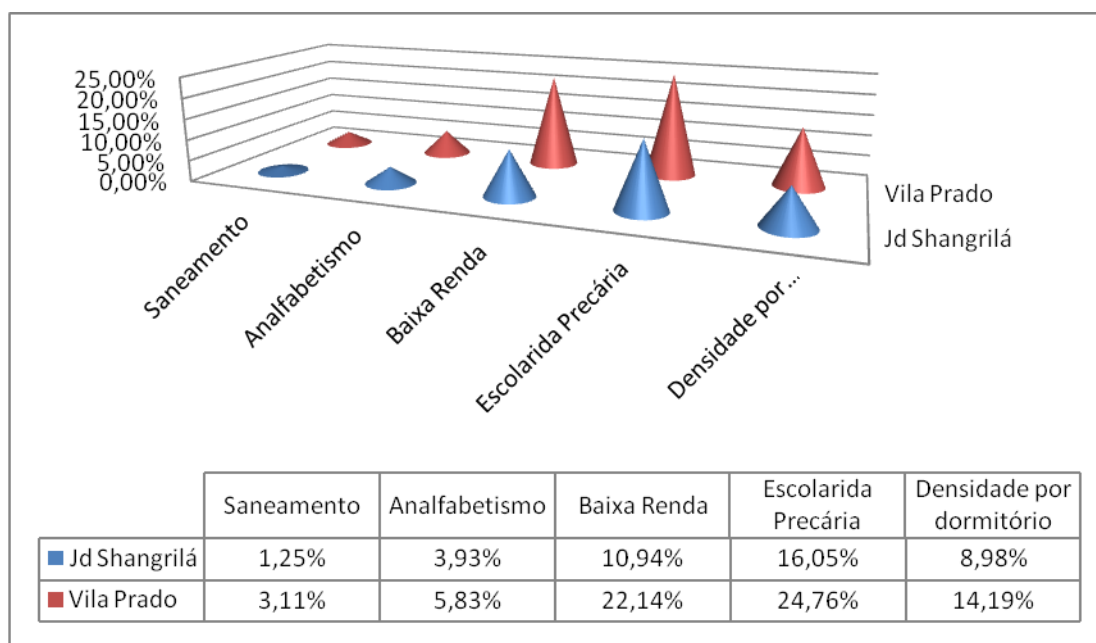


Gráfico 1 – Mapeamento das condições de vida.

Fonte: Secretaria da Promoção Social de Itapetininga (SP).

O primeiro gráfico demonstra que quanto mais carente a população, pior são as condições de vida enfrentadas por elas.

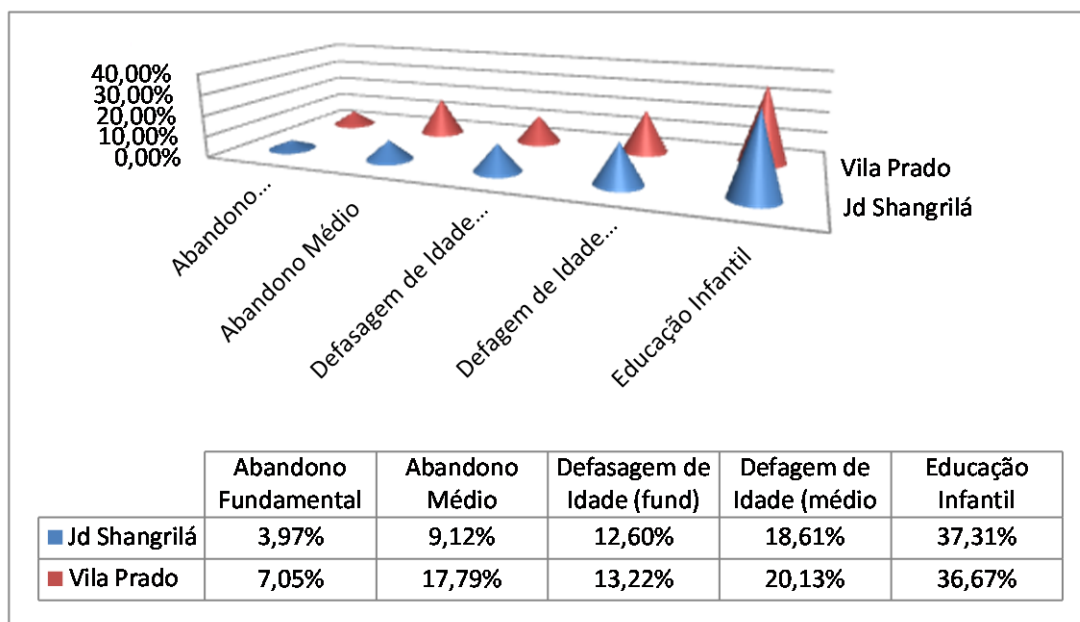


Gráfico 2 – Educação

Fonte: Secretária da promoção Social de Itapetininga (SP)

O segundo gráfico demonstra que quanto mais carente a população, maior é o índice abandono escolar.

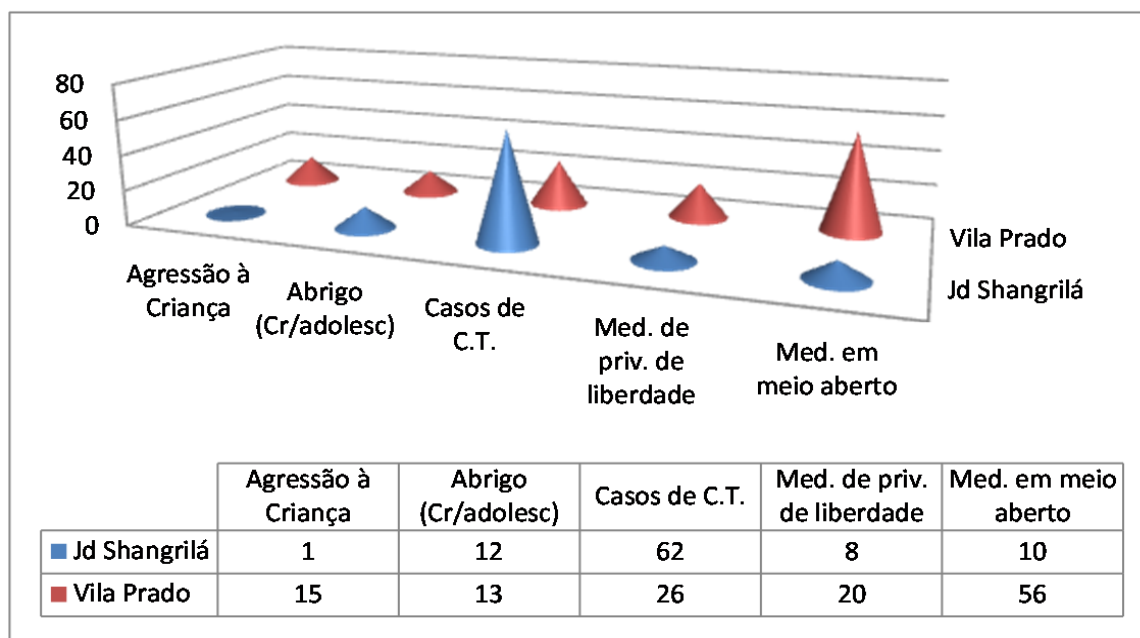


Gráfico 3 - Vínculos sociais.

Fonte: Secretaria da Promoção de Itapetininga (SP).

O terceiro gráfico demonstra que quanto mais carente é a população, maiores são os problemas enfrentados com relação à agressão à criança.

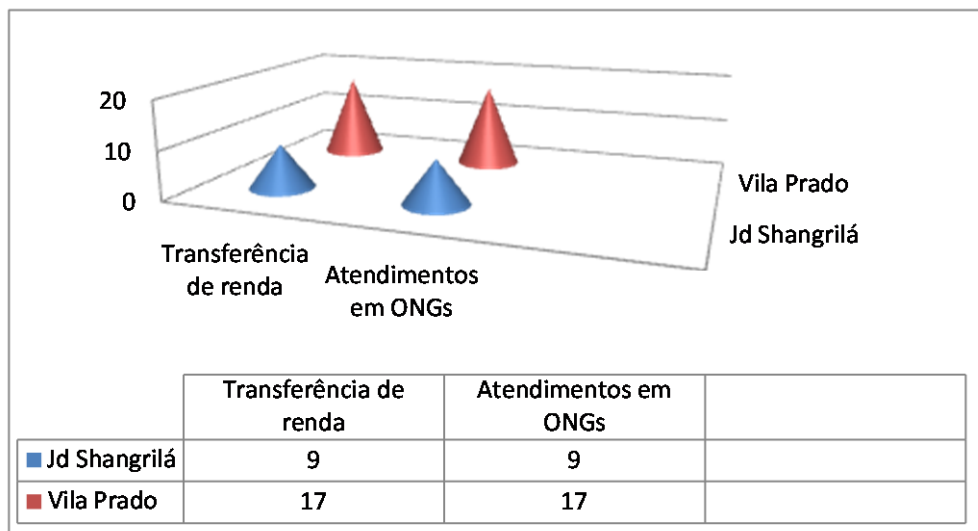


Gráfico 4 - Ações sociais.

Fonte: Secretaria da Promoção Social de Itapetininga (SP).

O quarto gráfico demonstra que tanto a população mais carente quanto a população de classe social de nível médio se engajam da mesma forma em programas sociais.

As figuras acima foram elaboradas de acordo com o mapa social sem data e sem autor, disponível em www.itapetininga.sp.gov.br/diagnosotico-social/index.html.

6.2. Projeto Radar – Ronda de Amparo ao Adolescente de Rua.

O texto a seguir foi baseado em visitas e informações prestadas pela assistente social do CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de Itapetininga (SP).

O trabalho é desenvolvido pelo Creas e atendido por educadores sociais que trabalham nas ruas da cidade, abordando crianças e adolescentes que permanecem nas ruas, nas mais diversas situações.

O projeto iniciou-se em 2006 e no ano de 2010 foram cadastradas 53 crianças/adolescentes em situação de risco pelas ruas.

Atualmente são quatro os nº de educadores sociais, trabalham de 2^a a 6^a feira, das 09 às 21:00 horas, sendo que sexta, sábado e domingo trabalham até meia noite em sistema de turno.

Dos quatro educadores sociais, dois deles tem nível universitário e dois estudaram até o nível médio, porém tem o perfil para trabalhar com crianças e adolescentes, moradores de rua ou não, pois recebem capacitação quando são admitidos.

Os quatro educadores de rua reúnem-se com a assistente social do Creas toda quinta feira, onde é discutido o trabalho da semana anterior.

Os educadores de rua fazem a abordagem da criança/adolescente de rua fazendo perguntas para conseguir ganhar a confiança, ao longo de várias visitas criam vínculos e então fazem um cadastro para controle e posterior mapeamento da situação de cada um.

Logo depois das formalidades preenchidas, os educadores de rua vão até as famílias, com o objetivo de orientá-las em relação à criança/adolescente, também providenciam para que recebam ajuda alimentar e inserção de programas sociais para a família.

Com relação à criança/adolescente, os educadores de rua promovem para que sejam incluídos em programas sociais e providenciam a reintegração familiar para aqueles que já estão com os laços familiares rompidos.

Os educadores de rua não tem um local fixo de trabalho, eles devem estar onde existe maior evidência de crianças e adolescentes em situação de risco. Entretanto alguns locais são conhecidos como foco dessa população, como, por exemplo, os arredores da estação rodoviária, a praça em frente ao cemitério, estacionamento de supermercados e as praças da região central onde há muitos carros estacionados. Esses locais são os mais atendidos, todavia, quando a assistente social é comunicada de algum caso em outra área, imediatamente comunica os educadores sociais, que se deslocam até o local para tomar as devidas providências.

Atualmente diante de todo o trabalho desenvolvido, 37 crianças/adolescentes estão frequentando projetos sociais, 11 encontram-se em vigilância social, apenas 5 menores ainda encontram-se nas ruas de forma permanente, ou seja, vivem daquilo que a rua proporciona, não tem nenhum tipo de vínculo familiar, não se interessam

pelas oportunidades que o projeto oferece e já estão envolvidos no mundo das drogas.

A estrutura para desenvolver o trabalho dos educadores de rua, é desde a capacitação em cursos apropriados, apoio da coordenação, do juizado e dos conselhos existentes no município, além disso, é disponibilizado para os educadores sociais telefone celular, carro e vale transporte para aqueles oriundos de outros municípios.

Na opinião da assistente social, são vários os motivos que levam a criança/adolescente a eleger a rua como opção de vida, os exemplos mais comuns são:

Falta de estrutura familiar, violência doméstica, pobreza extrema, utilização de drogas e falta de oportunidade no mercado de trabalho formal.

Um adolescente que não frequentava mais a escola e que tinha elegido às ruas como meio de sobrevivência, após longas conversas com os educadores de rua. Acreditou no seu potencial, voltou à escola e passou a frequentar cursos de capacitação profissional, prestou Vestibulinho do curso técnico da Escola Agrícola e hoje faz estágio numa produção de batatas do município.

Para a assistente social e educadores de rua são casos como esses que faz com que eles acreditem que o problema de rua tem solução, e se aprimorem cada vez mais no seu trabalho, esse exemplo mostra a capacidade do ser humano de se reinventar a cada instante, de acreditar nas suas potencialidades, no resgate da cidadania e de conseguir fazer com sua autoestima floresça.

6.3. Problemas enfrentados pelo projeto

O Projeto Radar nestes 7 anos de atuação no município de Itapetininga (SP) tem gerado bons resultados, no entanto, no decorrer do projeto identificaram muitos pontos que dificultam o trabalho, dentre os problemas, destacam-se:

- A instituição escolar não está envolvida no trabalho;
- Os profissionais da educação não se sentem envolvidos no que diz respeito à proteção e aos direitos conferidos a criança e adolescentes fora da escola;

- Os parceiros (escola, unidade escolar) tem medo de efetuar denúncias e ver-se envolvido em ameaças.
- Falta de estrutura familiar;
- Descaso da sociedade de forma generalizada.

6.4. Sugestões de Melhoria.

Apesar dos problemas enfrentados, nota-se um compromisso gigantesco por parte dos envolvidos no Projeto Radar.

Na opinião da assistente social do Creas, o enfrentamento dos problemas ora levantados, seriam dirimidos da seguinte forma:

Com relação à escola, seria necessária a ampliação da carga horária, onde crianças e adolescente além de receber a educação pedagógica, também tivessem a oportunidade de ter contado com a cultura, à arte em suas diversas faces, ao lazer, além de palestras com bons hábitos de higiene e saúde.

No que diz respeito aos profissionais de educação, o caminho seria cursos de capacitação para entender a criança/adolescente, e conscientiza-lo que ele como ator social tem o dever de prestar socorro àquele que precise ampará-lo quando necessitar de proteção e demonstrar a estes profissionais que é necessário envolverem-se na causa, notificando os casos que chegam até o seu conhecimento.

No que tange ao medo da denúncia, uma maneira eficaz seria o município investir em campanhas, a fim de sensibilizar a sociedade na importância de garantir os direitos da criança e do adolescente.

Para que a falta de estrutura da família, não comprometa o trabalho realizado pelo projeto, é necessário que se tenha programas sociais mais efetivos, com acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais que possam orientá-los no exercício de sua cidadania.

Enfim, para que o problema tenha solução é necessário que o município possa disponibilizar não só programas e projetos voltados a este segmento, mas também tenha em sua rede de atendimento uma equipe multidisciplinar, com psicólogos, terapeutas, assistente social, para que estas pessoas possam se desenvolver conscientes de seus direitos e deveres.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como pode ser observado no trabalho, o Projeto Radar através de seus educadores de rua vem obtendo resultados positivos no dia a dia de crianças e adolescentes de rua, no entanto, para que ele se solidifique é necessária à intensificação da divulgação do programa.

Também é necessário maior comprometimento por parte da administração pública municipal e sociedade em geral. Para que o projeto tenha um maior número de parceiros que recebam a criança/adolescente e o ajude no seu crescimento pessoal, moral e profissional.

Através de relatos da assistente Social, é possível verificar que o número de criança/adolescente que voltam pra ruas depois do resgate é mínimo, e isto ocorre porque o jovem já estava tão envolvido com a situação que nada faz com que recue e procure outras oportunidades.

Apesar dos problemas enfrentados, o projeto faz com que crianças/adolescentes e suas famílias transponham as barreiras da exclusão social e consigam resgatar sua cidadania, exercendo seus direitos e deveres como qualquer outro cidadão.

Atualmente o projeto trabalha arduamente com as ferramentas que possuem, para que crianças e adolescentes possam gozar de todos os direitos preceituados pelo ECA.

Para trabalhos futuros poderá ser realizada uma avaliação de como vivem a criança/adolescente resgatado da rua, bem como de que forma a família conseguiu envolvê-los novamente no âmbito familiar.

REFERÊNCIAS.

- 100 anos de Estatísticas Demográficas Municipais. Disponível em <<http://seade.gov.br/produtos/500anos/index.php>>. Acesso em 15/11/2011.
- ANDRÉ, Santos, **Dados Gerais** Disponível em:
< http://www.atlas.brasil.gov.br/2012/perfil/santo-andre_SP>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.
- CÂMARA, M. F.B, MORAIS, M. M. MEDEIROS, FERRIANE, M. G. C. **Aspectos Assistência Prestada a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Município de Goiânia**. Revista Eletrônica de Enfermagem (online), Goiânia, v. 3, n.1, jul/dez/2000. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen>>. Acesso em 25/10/2013.
- Caderno Prefeito Criança. Políticas Públicas Municipais de Proteção a Crianças e Adolescente. (1997/1998/1999). Disponível em:
< http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/Caderno_de_politicas_publicas_municipais.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2013.
- Campos, Bernardino, de. Dados Gerais. Disponível em:
<http://www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidades>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.
- Cartilha do Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:
<<http://www.eca.claretianas.br>>. Acesso em 23 de outubro de 2011.
- Diagnóstico Social de Itapetininga. Disponível em:
<<http://www.kairos.srv.br/diagitapeti/i0702.html>>. Acesso em 06 de novembro de 2011.

Digiácomo, Murilo José. **Estatuto da Criança e do Adolescente** Anotado e interpretado, Curitiba. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2010. Disponível em:

http://www.appfoz.com.br/wp-content/uploads/2013/05/ECA_cometado1.pdf. Acesso em 17/11/2013.

- Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo:Atlas 2002.

- Gohn, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

- Goiânia. Dados Gerais. Disponível em< http://www.atlas.brasil.gov.br/2012/perfil-print/goiania_go>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

- Iniciativas de Alguns Governos Estaduais para Solucionar o Problema de Meninos e Meninas de Rua no Brasil. Disponível em:

<<http://www.dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista3-mat.2.pdf>>. Acesso em 18 de outubro de 2013.

- Mangualde, Henrique Ananias Santos dos. **O ECA e a Proteção Integral as Crianças e Adolescentes**. (2007). Disponível em:

<<http://www.aplicação.mp.mg.gov.br/ECA>>. Acesso em 24 de outubro de 2013, 8:50.

- Oliva, Jimena Cristina Gomes Aranda. **As políticas Sociais Públicas e os Novos Sujeitos de Direitos: Crianças e Adolescentes**. 2008, 96 f.Dissertação (Mestrado em Assistência Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima. Disponível em:

<<http://www.katalysis.ufsc.br/conteúdo.php>>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

- Otenio, Marcelo Henrique. Políticas Públicas para Criança no Brasil: O contexto Histórico Social e da Saúde. **Estação Científica on Line**, n.06 Ago.Set/2008. Disponível em: <<http://www.portal.estacio.br/media/3304313/6-politicas-publicas-crianca-brasil-contexto-social-saude.pdf>>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

-Pará, Belém, do. Dados Gerais. Disponível em: <<http://www.iah.iec.pa.gov.br/iah.fuultext/georeferenciamento/belem.pdf>> Acesso em 15 de dezembro de 2013.

-Paranavaí. Dados Gerais. Disponível em: <http://www.prefeituraparanavai.com.br/indicadorespvai/conteudo/indicadores_paranavai_2013.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

- Pastoral do Menor. Pesquisa da Conanda aponta número de crianças em situação de rua (2011). Disponível em:

<<http://www.pastoraldomenornacional.org/site/noticias/conanda/103-pesquisa-da-conanda-aborda-criancas-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 23 de outubro de 2013,

- Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos. Disponível em:

<http://Bernardinodecampos.sp.gov.br/secretaria.php?site_id=5>. Acesso em 25 de outubro de 2013.

-Prefeitura Municipal de Cândido Mota. Disponível em: <<http://candidomota.com.br/index.php/secretarias/assistencia/programaseprojetos.html>>. Acesso em 26 de outubro de 2013.

-Prefeitura Municipal de Itapetininga. Disponível em:<<http://www.portal.itapetininga.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/1209/Prefeitura-de-Itapetininga>>. Acesso em 05 de novembro de 2013.

VERONESE, Josiane Rose Petry (Org.). Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões. 1. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário com a Assistente Social do CREAS

- 1) Quantos educadores de rua o programa tem?
- 2) Qual é a formação de cada um?
- 3) Os educadores de rua recebem treinamento?
- 4) Como é feita a abordagem nas ruas?
- 5) Existe acompanhamento à família da criança?
- 6) Quais as verbas que o programa recebe?
- 7) Qual é a atitude do projeto quando uma criança resgata volta à rua?
- 8) Quais são as dificuldades do projeto no trato com as crianças e adolescentes?

ANEXO

Formulário de entrevista de menores do PROJETO RADAR.



PREFEITURA do MUNICÍPIO de
ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Promoção Social

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Rua João Evangelista, 416 - Centro Itapetininga S.P. Cep 18.200-055 Tel. 3275-4381



PROJETO RADAR
Ronda de Amparo e Defesa ao Adolescente na Rua
ENTREVISTA COM MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Local da Entrevista: _____ Data: ____/____/____

- Tempo médio na rua: _____
- Por que está na rua? (descrever brevemente) _____

- Participou de algum Projeto?
() Não () Sim: Qual(is): _____ Local: _____

- Participa atualmente de Projetos?
() Sim: Qual: _____

- () Não. Tem interesse? Qual(is) área(s)? _____

- Mora com os genitores?
() Sim () Não. Então com quem mora atualmente? _____

- Genitores participam de Projeto Municipal?
() Não () Sim: Qual (is): _____ Local: _____

- Quais refeições faz durante o dia:
() Café da Manhã () Almoço () Lanche da Tarde () Jantar

- Onde passa a noite? _____

- Apresenta algum vício?
() Não
() Sim: Qual: () inalante () crack () álcool () sintéticos () maconha () outros: _____

- Apresenta alteração psíquica visível?
() Não () Sim. Apresenta quais sintomas? _____

FICHA DE REGISTRO DE ATENDIMENTO

DATA	OBSERVAÇÕES	PROCEDIMENTOS REALIZADOS	PENDÊNCIAS E/OU PROCEDIMENTOS FUTUROS	TECNICO
____/____/____		<input type="checkbox"/> Atendimento Individual <input type="checkbox"/> Atendimento em Grupo <input type="checkbox"/> Visita Domiciliar <input type="checkbox"/> Contato Telefônico com Familiar <input type="checkbox"/> Contato Telefônico com Instituição <input type="checkbox"/> Encaminhamento <input type="checkbox"/> Orientações e/ou informações <input type="checkbox"/> Inclusão em Projetos e /ou cursos profissionalizantes <input type="checkbox"/> Encaminhamento para Inclusão em Programas Sociais <input type="checkbox"/> Fornecimento de Cesta Básica <input type="checkbox"/> Fornecimento de Passe de Ônibus <input type="checkbox"/> Fornecimento de Passagem <input type="checkbox"/> Obtenção de documentação e/ou foto <input type="checkbox"/> Outros: _____	<input type="checkbox"/> Agendamento de Visita Domiciliar para ____/____/____ <input type="checkbox"/> Agendamento de Visita à Instituição para ____/____/____ <input type="checkbox"/> Agendamento de Contato com Instituição para ____/____/____ <input type="checkbox"/> Agendamento de Contato com Familiar / Vínculo Pessoal para ____/____/____ <input type="checkbox"/> Outros: _____	